

**OS KAINGANG DO
TOLDO CHIMBANGUE
E AS INDÚSTRIAS
DE CARNE**

Miriam Rebeca Rodeguero Stefanuto

OS KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE E AS INDÚSTRIAS DE CARNE

1ª Edição

São Carlos / SP

Editora De Castro

2019



DE CASTRO

Editor da Editora De Castro: Carlos Henrique C. Gonçalves

Projeto gráfico e arte capa: Carlos Henrique C. Gonçalves

Foto capa: Marcelo Sampaio (@luzesdemarilia) - Série "Catadores"

Revisão de texto e normas: Responsabilidade do autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

S816 Stefanuto, Miriam Rebeca Rodeguero.
Os Kaingang do Toldo Chimbangue e as indústrias de carne /
Miriam Rebeca Rodeguero Stefanuto. — 1. ed. — São Carlos :
De Castro, 2019.
134 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-92788-12-4

1. Índios Kaingang - História. 2. Índios Kaingang - Posse
da terra. 3. Índios da América do Sul - Relações com o
agronegócio - Santa Catarina. 4. Questão indígena no Brasil.
5. Carne, Indústria, comércio - Santa Catarina. I. Título.

CDD 980.3

Todos os direitos desta edição reservados a Miriam Rebeca Rodeguero Stefanuto.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

16 3372-9679

contato@editoradecastro.com.br
editoradecastro.com.br

Sumário

Prefácio	7
Introdução	9



Primeiro Capítulo

1 Processos históricos e atualidade no Toldo Chibanguê	21
1.1 Dos Campos de Erechim às margens do Irani: a formação do Toldo Chibanguê	22
1.2 Os Kaingang da Terra Indígena Toldo Chibanguê	36



Segundo Capítulo

2 - O Toldo Chibanguê na cidade do agronegócio	47
2.1 A economia do oeste catarinense e a formação das agroindústrias	51
2.2 Abate industrial de animais e produção de carne	62
2.3 Os frigoríficos do oeste catarinense e os Kaingang	70



Terceiro Capítulo

3 “Se a pessoa plantasse, ela seria livre”	81
3.1 “Mortadela “não é caprichado”:	
alguns apontamentos sobre alimentação	84
3.2 “O índio tem que virar um pequeno agricultor”	97
3.3 - O lugar das <i>coisas de índio</i>	107
Considerações Finais	117
Referências	123



Anexo	133
Agradecimentos	134

Prefácio

“Máquinas de moer gente” – assim o antropólogo Darcy Ribeiro caracterizou, em seu derradeiro livro, **O povo brasileiro**, os engenhos de açúcar no Nordeste colonial. Este epíteto pode ser facilmente estendido para outras indústrias no Brasil e no mundo; e cabe com absoluta propriedade para a indústria da carne, esta gigantesca máquina de moer – e de abater, retalhar, decepar, explorar e adoecer – “gentes humanas” e animais.

O livro de Míriam Stefanuto descortina de que modo os Kaingang na Terra Indígena Toldo Chimbanguê, em Chapecó, oeste do estado de Santa Catarina, lidam com as contradições inerentes às relações contemporâneas com os animais – ao mesmo tempo seres sociais, sencientes, com quem se convive e dignos de consideração, e mercadorias anônimas a serem produzidas em série para, em seguida, serem mortas, desmontadas e comercializadas em escalas industriais para abastecer o gosto pela carne e o consumo crescente de produtos de origem animal. Assim, ao trabalho serializado e desvalorizado nas cidades, este grupo Jê meridional no oeste catarinense contrapõe a vida nas aldeias e a companhia dos animais como seus “enfeites”; exatamente como fazem os Karitiana, em Rondônia, com os quais eu desenvolvo meu trabalho. Nas aldeias impera a liberdade – liberdade de criar, de plantar, de se expressar, numa clara alusão ao trabalho assalariado como cativo, em uma filosofia que conecta filósofos profissionais e selvagens, os povos indígenas e os mais destacados críticos do capitalismo. É esta crítica, com toda sua potência expressa no elogio do cotidiano aldeão – emprestando as palavras de Joanna Overing –, que Míriam nos faculta ouvir aqui. Com ela podemos escutar o que dizem os Kaingang sobre si mesmos, sobre nós, sobre os animais e, talvez, também o que dizem os próprios animais através da voz dos moradores e das moradoras do Chimbanguê.

A ausência de voz, de fala articulada, vem desde há muito definindo a condição animal. Forçoso é reconhecer que falta semelhante também incide, de forma trágica, sobre muitos grupos humanos, obscenamente privados das condições de expressar desejos, críticas e intenções. Nesse sentido, animais e trabalhadores – indígenas e

não indígenas – encontram-se simultaneamente em lados opostos nos encontros agonísticos que se desenrolam na área suja dos abatedouros; e também do mesmo lado, na partilha da carência de serem ouvidos e de terem respeitados seus direitos mais fundamentais: o direito a uma vida, e a uma existência digna. Talvez as consequências para uns, os animais, sejam muito mais brutais; mas quem definirá se uma morte rápida que segue a uma vida curta plena de sofrimento é melhor ou pior do que uma longa trajetória de humilhação e privações? Para mim, ambas são inadmissíveis.

Com uma coragem admirável, Míriam já havia, em sua iniciação científica, encarado uma difícil pesquisa em um frigorífico no interior paulista. Desafio para poucos, reconheço que a jovem pesquisadora o enfrentou muito bem. E foi por meio dele que ela produziu resultados significativos – alguns dos quais podendo ser apreciados no **Segundo Capítulo** deste livro –, que constituíram o fundamento para expandir a análise (ao buscar os trabalhadores fora de seu tétrico local de trabalho) em sua investigação de mestrado, que está na origem deste livro. Chegar aos Kaingang abriu, ainda, a possibilidade de seguir refletindo sobre as variadas modalidades de violência infligidas sobre seres humanos e não humanos que têm sua sorte cruzada entre facas afiadas e baixíssimos salários, entre dardos cativos e moléstias ocupacionais. Aí conectam-se bois e índios privados de quase tudo; sobretudo, da possibilidade de protestar contra sua situação.

Este livro de Míriam busca devolver, de uma só vez, algo desta fundamental capacidade de expressão aos Kaingang e aos animais, ambos sistematicamente violentados pela indústria da carne no oeste catarinense, tal como acontece com outros grupos minorizados, de humanos e de não humanos, em outras partes do País e do restante do planeta. E nos convida a refletir, ademais, se todos nós não trabalhamos quietos, dóceis, sem reclamar. Se, afinal, todo trabalho, animal e humano, não constitui trabalho calado.

Felipe Vander Velden
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de São Carlos

Introdução

O avião estava prestes a pousar no pequeno aeroporto Serafin Enoss Bertaso, em Chapecó, Santa Catarina, quando meu vizinho de assento, depois de lhe dar uma breve explicação sobre minha viagem ao Toldo Chimbangue, disse compreender o meu trabalho:

Então, eu estou envolvido com umas terras... Eu trabalho num lugar que precisaria de alguém como você pra fazer o diálogo com os índios que precisam sair dali. Porque indígenas são seres humanos normais, né. Então, se a gente explicar, eles vão entender que eles têm que sair dali, porque eles não têm documento, papel, não tem nada. Não é? Você entende o que eu tô falando, né, porque não é por que você é antropóloga e fica na aldeia que você concorda com eles, certo? (informação verbal)

Para aquele senhor ao meu lado, os indígenas não haviam desocupado as terras onde viviam, produziam, tinham história e vínculos, pela simples falta de um bom antropólogo que explicasse a eles que não existem papéis suficientes para comprar o direito de estarem ali. Não tive chance de dizer que, muito provavelmente, assim como os Kaingang do Toldo Chimbangue, esses indígenas que ele queria ver expulsos também devem saber quantos papéis são necessários para comprovar sua relação histórica com sua terra.

Quando o território Kaingang começou a ser vendido pelas empresas colonizadoras, foram inventados papéis para dar aos colonizadores a posse das terras há muito ocupadas e utilizadas por esse povo indígena. Meu então vizinho de assento também não ficou sabendo, porque até então eu não o sabia tão bem que os indígenas têm saído sim de seus territórios. No caso dos Kaingang do Toldo Chimbangue, os papéis foram tão eficientes em expulsá-los de suas terras que elas foram reduzidas e exploradas antes de seres devolvidas aos indígenas; de modo que, atualmente, permanecer e viver delas tornou-se virtualmente impossível. Por isso, muitos Kaingang saem, todos os dias, para trabalhar nas indústrias frigoríficas – for-

temente presentes na região onde está localizada a Terra Indígena Toldo Chibanguê. Mesmo tendo recuperado parte das terras de onde foram expulsos no passado, permanecer por lá nos dias de hoje segue sendo um desafio para muitos Kaingang.

Na divisão espacial da produção econômica brasileira, a região oeste de Santa Catarina, **Mapa 1**, constitui-se importante produtora de carnes de suínos e aves, o que contribui para que o estado seja reconhecido enquanto um dos mais importantes do setor no Brasil, produzindo tanto para o mercado nacional quanto para exportação. Assim como Chapecó, diversos municípios vizinhos possuem em seu território unidades industriais de abate de animais e de processamento de carne. Por conta dessas unidades, existe uma grande diversidade de outras indústrias voltadas indiretamente para o processo de produção agroindustrial. Mesmo aqueles municípios que não possuem tais indústrias acabam contribuindo com elas com o fornecimento de matéria-prima ou mão de obra, o que mostra que a agroindústria na região envolve diversos setores e tem uma atuação bastante abrangente (PERTILE, 2008). As empresas frigoríficas alcançam também os indígenas do Toldo Chibanguê, aldeia que fornece mão de obra diariamente para algumas dessas empresas.

Mapa 1 – Localização do município de Chapecó no estado de Santa Catarina



Fonte: André M. Rodeguero Stefanuto

Os relatos indígenas – tanto os que eu coletei em campo quanto aqueles que aparecem em outros trabalhos, como se verá – sobre a contratação de mão de obra Kaingang mostram que o emprego nos frigoríficos está longe de se constituir, de fato, em uma escolha livre. Apesar das condições difíceis de trabalho e dos problemas de saúde, as indústrias de carne seguem sendo as principais contratadoras dos Kaingang daquela aldeia, o que ocorre pela exigência de pouca escolaridade e pelo oferecimento de transporte da terra indígena até o local de trabalho. Assim, os frigoríficos são apresentados como umas das poucas alternativas possíveis de trabalho para os Kaingang atualmente, segundo eles próprios.

Contudo, ater-se somente à ideia de que os Kaingang estariam inertes diante dessa necessidade de trabalhar nos frigoríficos impede uma percepção daquilo que segue ocorrendo junto disso e apesar disso. Enquanto trabalham no processamento de carnes nos frigoríficos, os Kaingang criam seus próprios animais, abatem-nos e questionam o funcionamento das agroindústrias tendo essas práticas locais como referência. Enquanto se dão conta do consumo crescente de alimentos comprados em detrimento dos colhidos, coletados e caçados, os Kaingang recuperam costumes e histórias. Ao mesmo tempo em que se distanciam cotidianamente da aldeia para o trabalho nos frigoríficos, os Kaingang procuram meios de se manter na terra indígena produzindo e estabelecendo modos especificamente Kaingang de trabalhar e viver.

Desse modo, é preciso considerar que, devido a vários processos e fatores, os Kaingang precisam, atualmente, se sujeitar a trabalhos como aqueles ofertados nos frigoríficos. Mas não se pode perder de vista, também, os efeitos do trabalho nos frigoríficos para os Kaingang do Toldo Chimbangue, o modo como ele se relaciona e se contrapõe às práticas da e na terra indígena. O primeiro aspecto, os fatores que resultaram nesse cenário atual de trabalho para os Kaingang, pode ser considerado como um ponto de partida dessa pesquisa, não abandonado durante o processo de escrita e reflexão. O segundo aspecto, onde se pretende chegar, é a perspectiva indígena sobre o trabalho nos frigoríficos e sobre aquilo que ele implica e significa para os Kaingang do Toldo Chimbangue.

O funcionamento das indústrias de carne já havia sido objeto de meu interesse antes dessa pesquisa de mestrado. Durante minha graduação, abordei alguns aspectos referentes a um frigorífico

de pequeno porte, o Santa Margarida¹, no interior paulista, como pesquisa de iniciação científica² (STEFANUTO, 2019). O objetivo principal da pesquisa foi o de investigar as relações estabelecidas entre humanos e não humanos – no caso, animais de corte, bovinos e suínos – no contexto de abate e processamento de carne em um pequeno abatedouro no interior do estado de São Paulo. A análise foi no sentido de relacionar determinadas funções da linha de produção com relações específicas ou determinadas posturas dos trabalhadores em relação aos animais. Para tanto, explorou-se não só o funcionamento técnico do frigorífico, mas, também, as implicações simbólicas dessa estrutura da linha de produção – ou de (des)montagem – que operam para atenuar o fato de se lidar constantemente com a morte e apagar, entre os trabalhadores, qualquer forma de empatia para com os seres não humanos que abatem, cortam e processam diuturnamente.

A pesquisa também me apresentou à resistência das indústrias frigoríficas em receber pesquisadores em suas dependências. Algo que também foi encontrado por PACHIRAT (2011), pesquisador que estudou um grande abatedouro nos Estados Unidos, mas que, para tanto, precisou ser formalmente contratado pela empresa. No meu caso, realizei duas tentativas de contato com dois dos maiores frigoríficos, em cidades também maiores. Em um deles, a resposta negando meu pedido veio de imediato; no segundo, realizei várias ligações e mandei alguns e-mails, mas a pessoa que poderia me esclarecer se eu poderia ou não realizar minha pesquisa aparentemente estava sempre em reunião. Depois de dois meses, abandonei a ideia.

Em oposição a essas frustrações, entrar no pequeno frigorífico Santa Margarida foi relativamente fácil. Alguns familiares, sabendo das minhas intenções, disseram conhecer um funcionário desse frigorífico e me passaram seu telefone. Na primeira conversa, ele me cedeu o número da veterinária responsável até então, a filha do dono da empresa. Conversei com ela apenas uma vez e já me orientou a fazer contato com o veterinário que menciono nessa pesquisa, pois ele se tornaria o responsável permanente dali em diante. A partir dele, entrei no frigorífico. Em todas as vezes em que

1 O nome do frigorífico é fictício.

2 Com apoio financeiro da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, entre 1 de maio de 2013 e 28 de fevereiro de 2014.

estive em campo precisei passar pela aprovação do veterinário para ir até a linha de produção; e em duas ocasiões que ele se ausentou do trabalho eu não pude prosseguir.

Foi tendo como referência essa trajetória de pesquisa anterior – o sucesso dela, e o fracasso diante das indústrias maiores – que optei por não considerar uma entrada nas grandes indústrias de Chapecó, mas concentrar a pesquisa de campo entre os Kaingang moradores na Terra Indígena Toldo Chimbangue.

Já no final da pesquisa de iniciação científica, tive acesso a uma perturbadora reportagem publicada na **Revista Caros Amigos** (PRIMI, 2013) que apresentava, principalmente, os danos emocionais e físicos causados àqueles que preenchem as etapas da linha de produção de carne. Apenas recentemente os indígenas passaram a ocupar parte dos postos, acompanhados, pelos haitianos (PRIMI, 2013, p. 20), bengalis e senegaleses. Estes dois últimos atraídos pelas vendas crescentes de carne para países muçulmanos, que fazem exigências específicas sobre o abate e o processamento dos produtos (MENEZES, 2014). O texto jornalístico se ocupava somente das questões relativas aos indígenas, mas, além de trazer dados sobre os trabalhadores Kaingang na região de Chapecó, de modo geral trazia também informações específicas sobre os Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbangue.

A reportagem também apontava para a necessidade de se pensar sobre o preço de se manter um setor econômico em destaque tanto no cenário nacional quanto internacional. Segundo os dados apresentados, o período de aumento nos casos de distúrbios mentais, consequência de um trabalho exaustivo realizado nos frigoríficos, coincide com a época em que o Brasil se tornou o maior produtor mundial de carne. A reportagem, de 2013, argumenta que entre os anos 2000 e 2010 as receitas das exportações brasileiras do setor cresceram 696%, um aumento de quase 70% ao ano. Contudo, uma estimativa da contrapartida desse sucesso econômico era que, dos 850 mil trabalhadores do segmento, 20% estavam doentes (PRIMI, 2013, p. 22). Parte desses trabalhadores são os Kaingang que passaram a ser contratados mais recentemente para atender a esse crescimento vertiginoso. E a demanda por mão de obra foi tão urgente que, no início das contratações, estavam reduzidos os treinamentos anteriores e as exigências de escolaridade (PRIMI, 2013).

Desse modo, partindo de um interesse anterior pelo tema e algum contato com ele através da Iniciação Científica, além das possibilidades inspiradas pela referida reportagem, pareceu-me possível investigar questões referentes às indústrias de carne e ao trabalho nos frigoríficos em outro contexto, o da Terra Indígena Toldo Chibanguê, na região oeste do estado de Santa Catarina. Apesar de a reportagem citada ter sido o ponto de partida da pesquisa que deu origem a este livro, a intenção não foi a de seguir o mesmo caminho, jornalístico, e realizar algum tipo de denúncia das condições de trabalho, negar ou confirmar dados apresentados pela revista. As informações obtidas na reportagem são valiosas e não há o esforço de esconder o contexto de trabalho pesado e exploração para o qual elas apontam. Também não farei este esforço aqui, pois não desejo partilhar das várias estratégias de ocultamento empregadas historicamente pelos matadouros e frigoríficos (DIAS, 2009). Esta pesquisa se interessa particularmente pelas perspectivas indígenas a respeito de todas essas questões.

No final de 2014, viajei até a cidade de Chapecó numa tentativa de estabelecer os contatos necessários, e a existência de um escritório da Funai na cidade – a sede da Coordenação Regional Interior Sul do órgão indigenista oficial – foi de grande importância. A partir dela, muito rapidamente foi garantida a realização da pesquisa de campo no ano seguinte. Foi um dos funcionários da Funai, um Kaingang, que, sabendo da minha pesquisa e por sua própria iniciativa, me levou até a Terra Indígena Toldo Chibanguê para conversar com o cacique. Começava a anoitecer quando nós chegamos, um horário em que normalmente as pessoas se reúnem na casa do cacique Idalino para reuniões, e era exatamente isso que estava acontecendo na ocasião. Ele foi muito breve em dizer que eu poderia fazer minha pesquisa e aproveitou minha presença para lembrar aos demais Kaingang que, muitas vezes, os antropólogos sabem mais sobre a história indígena do que eles próprios, principalmente os jovens, e que isso precisava ser corrigido. Como eu disse que ficaria em Chapecó somente uma semana e que voltaria no ano seguinte para a pesquisa de campo de fato, Idalino me passou o número de seu celular para que eu pudesse entrar em contato quando estivesse a caminho.

Quando do meu retorno, durante três meses, fiquei hospedada na casa do cacique e tive convivência diária com alguns membros da família: o próprio Idalino; sua esposa, Beatriz; sua filha, Alcione;

sua neta, Jéssica; e seu filho mais novo, Amilton. Não eram os únicos, mas tornaram-se os mais próximos. Outro filho do casal que me recebeu, Rodrigo, também já foi trabalhador de um frigorífico, ainda que por um curto período de tempo; e sua esposa, nora de Idalino e Beatriz, é mencionada na reportagem da revista **Caros Amigos** por ser um “exemplo” da exploração do trabalho mesmo durante a gravidez. Foram essas as pessoas com as quais tive contato mais constante e que foram me indicando e me apresentando a amigos e conhecidos que poderiam me passar informações sobre os frigoríficos.

Em algumas ocasiões as informações sobre os frigoríficos me alcançavam nas pequenas e frequentes reuniões que aconteciam na casa do cacique. Nessas situações as conversas não abordavam questões particulares sobre o trabalho nos frigoríficos, como casos de adoecimento, por exemplo. Elas se detinham mais sobre problemas gerais, como não haver muitas alternativas econômicas dentro da aldeia e sobre a falta de investimentos e parcerias com setores agrícolas. Mas, quase sempre, as preocupações se voltavam para a necessidade dos investimentos governamentais ou parcerias com particulares como forma de garantir a permanência na terra indígena. Nesses momentos, frequentemente, se fazia uso da expressão “coisas de índio” para nomear o que me pareceu ser um conjunto de relações, mas principalmente de atividades e conhecimentos, que só podem ser exercidos dentro dos limites do Toldo Chimbangue.

Tive acesso a relatos mais pessoais durante minhas idas às casas das pessoas sugeridas pelos familiares de Idalino, ou por pessoas com as quais eu já havia conversado. Os problemas de saúde entre outros enfrentados eram contados somente nas casas das pessoas quando eu me dirigia até lá. Apenas em uma ocasião, uma moradora não quis falar sobre a época em que havia trabalhado na Sadia, mas disseram-me posteriormente que ela “é assim mesmo”, e que ter se recusado a falar comigo não era nada demais. Assim, mesmo se tratando de problemas pessoais e de saúde, de maneira geral foram todos muito receptivos e compreensivos com a minha pesquisa.

Algumas vezes, um pouco indecisa ou definitivamente ociosa na terra indígena, eu me dirigia até a escola Fen'nó³ para assistir às aulas, encontrar as crianças conhecidas ou ter a sorte de algum relato ocasional sobre a questão dos frigoríficos. Além disso, dois eventos com lideranças indígenas ocorreram na escola durante a minha

3 E. I. E. F. Fen'nó: Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó.

pesquisa de campo, de modo que ela se tornou um espaço bastante importante para a minha estada no Toldo Chimbangue.

Desde o início, a intenção não foi a de fazer um levantamento ou contabilizar números precisos sobre trabalhadores indígenas nos frigoríficos. O esforço foi o de conversar com o maior número possível de trabalhadores ou ex-trabalhadores Kaingang dos frigoríficos, como com pessoas que pudessem relatar impressões ou fornecer outras informações sobre esse tipo de atividade por terem algum parente ou amigo empregado nas indústrias. Desse modo, buscou-se, durante a pesquisa de campo, levantar relatos que subsidiassem a discussão sobre a contratação de Kaingang pelos frigoríficos e suas condições de trabalho, segundo a perspectiva dos próprios indígenas.



Este livro está estruturado em três capítulos. Sobre o **Primeiro Capítulo**, gostaria de destacar a importância de duas obras principais. **Para uma história dos índios do oeste catarinense** (1989), de autoria de Wilmar D'Angelis, e o texto **Toldo Chimbangue. História e Luta em Santa Catarina** (CIMI, 1984), que também contou com contribuição do mesmo autor. Ambos os trabalhos foram imprescindíveis para esta pesquisa, por abordarem com minúcias os aspectos da colonização que tiveram relação com a região do oeste de Santa Catarina; a formação do Toldo Chimbangue com todos os seus conflitos e perdas, bem como questões econômicas que disputaram – e ainda disputam – espaço com os indígenas. Obviamente, outras obras são de grande importância, como a tese de doutorado do historiador Clovis Antonio Brighenti (2012), mas não cabe aqui passar por todas elas; são obras a serem utilizadas no decorrer deste trabalho, mas principalmente no **Primeiro Capítulo**.

Em um primeiro momento, esse capítulo se ocupa em apresentar a relação entre o avanço da colonização pelos Campos de Palmas e Guarapuava e a formação do Toldo Chimbangue. Basicamente, a terra indígena em questão foi resultado de conflitos na região e da dispersão e fuga dos indígenas em decorrência desses conflitos. Os indígenas perseguidos se estabelecem onde passou a ser o Toldo Chimbangue, e passam a sofrer com os avanços agressivos da colonização. Tendo isso em vista, a segunda parte do capítulo procura di-

mencionar as perdas territoriais dos Kaingang do Toldo Chimbangue – que chegaram ao seu máximo até que os indígenas iniciassem uma disputa pela recuperação do seu território – e, junto disso, as perdas dos recursos naturais decorrentes da exploração feita pelos colonos invasores. O que é destacado pelos relatos e pela bibliografia é a exploração madeireira, que reduziu drasticamente a disponibilidade dos pinheiros, que forneciam não só alimento (o pinhão) diretamente para os Kaingang, mas também para os animais que os indígenas consumiam. Essas questões serão mais bem abordadas no decorrer do capítulo, pois procuram mostrar como o processo de colonização e ocupação do território por não indígenas devolveram terras exploradas, sem condições de manter aquele que era o modo de vida Kaingang até então. Atualmente, mesmo com alguma recuperação das florestas, os indígenas se movem para fora da aldeia em busca de trabalho, porque aquilo que está dentro dela não é mais suficiente.

O **Segundo Capítulo** traz os resultados econômicos da exploração do território indígena. Num primeiro momento, a existência dos campos de Palmas e Guarapuava favoreceu a expansão da criação de gado bovino e de muares; mais adiante, a abundância de vegetação alavancou a exploração madeireira e, no solo fértil restante, foram plantados os grãos que alimentariam a cada vez mais forte criação de animais de corte. A primeira parte desse capítulo procura, assim, passar pelos processos de formação econômica do oeste catarinense que foram possibilitados pelos aspectos naturais apresentados acima. Ganha destaque, nessa tarefa, a tese de Doutorado de Pertile (2008), que se debruça justamente sobre a formação da economia agroindustrial da região. Especificamente sobre a questão da madeira, vale mencionar a obra de Bellani (1991), historiadora, que traz relatos importantes sobre a exploração e esgotamento desse recurso na região, principalmente a respeito dos pinheiros, centrais no modo de vida Kaingang.

Houve algum cuidado na apresentação dessa história em revelar também a violência contra as populações tradicionais na região, indígena e cabocla⁴. Na verdade, as violências seguem sendo cometidas contra a população indígena, agora contratada pelas empresas frigoríficas. É sobre alguns desses aspectos que se volta a segunda parte do capítulo, que aborda o modo como foi se organi-

4 De acordo com Renk (1991), o termo caboclo diz respeito aos primeiros brasileiros que ocupavam a terra sem títulos de compra e se opunham aos chamados "colonos de origem", cuja origem era europeia.

zando a cadeia produtiva das empresas frigoríficas, desde a criação dos animais até a linha de produção e processamento de carne e as consequências para os trabalhadores desse modelo de produção: fragmentado, repetitivo e exaustivo. Além dos relatos da pesquisa de campo, existem também dados importantes, advindos da já mencionada reportagem, sobre os indígenas na linha de produção e seu crônico adoecimento (PRIMI, 2013).

Por fim, o **Terceiro Capítulo** procura discutir mais especificamente a questão do trabalho, e as diferenças entre as atividades que acontecem na cidade, no interior dos frigoríficos, e outras que ocorrem, ou deveriam ocorrer, na terra indígena. Alguns trabalhos que são realizados atualmente no Toldo Chimbangué, bem como tentativas frustradas de iniciar novos empreendimentos, são apresentadas como forma de mostrar com o que dialoga e se contrapõe o trabalho nos frigoríficos. O que se destaca é a questão da agricultura e das criações animais, mas existem também a questão das chamadas “coisas de índio”, que se apresentam como uma série de conhecimentos que também fazem parte desse modo de vida Kaingang. Existe uma breve discussão, iniciada pelos próprios indígenas, sobre as distinções entre um modo de produção e trabalho que almeja lucro para os que contratam e um salário para aqueles que o executam, e outro tipo de trabalho, pensado como mais especificamente Kaingang, que busca fazer frente à exploração desenfreada de recursos e trabalhadores. Para isso, fez-se uso da obra de Taussig (2010), que apresenta mineiros bolivianos e trabalhadores da cana colombianos que caracterizam o modo de produção capitalista como pertencente à figura destrutiva do diabo, em oposição ao seu modo tradicional de viver e trabalhar.

Algo da discussão do **Primeiro Capítulo** sobre a questão territorial do Toldo Chimbangué será recuperada nesta parte final, pois é inevitável discutir a localização do trabalho realizado pelos indígenas, fora ou dentro da aldeia. Dentro da aldeia estão envolvidas uma série de práticas e conhecimentos. Parte deles é apresentada ao longo dos capítulos anteriores, mas também neste último, como o costume de se enterrar o cordão umbilical do um recém-nascido, ou outras questões analisadas, como o trabalho de confeccionar artesanato, de plantar e de criar animais. Nesse sentido, o **Terceiro Capítulo** se encerra procurando relacionar, por oposição, aquilo que a terra indígena contém, aquilo que somente nela acontece, e que

tem papel fundamental na formação de um Kaingang enquanto tal – aquilo que *é feito* na terra indígena – com aquilo que acontece fora, que pertence ao mundo dos não índios, e que contrasta fortemente com os modos de ser e estar no mundo singularmente Kaingang, ou seja, o trabalho nos frigoríficos.

Antes de concluir esta introdução e prosseguir para a análise de fato, gostaria de reiterar que o foco desta pesquisa recai especificamente sobre o emprego dos Kaingang nas indústrias frigoríficas e sobre as questões que, no decorrer da etnografia, foram se desdobrando a partir disso. Desse modo, o objetivo é o de promover algum esclarecimento sobre as recentes contratações de Kaingang pelos frigoríficos, levando-se em conta as relações disso com outros elementos da vida dos moradores do Toldo Chimbangue.

Os esforços foram dirigidos, então, especialmente para aquilo que os Kaingang dizem sobre o tema que importa a esta pesquisa, que é a relação entre o frigorífico e a aldeia a partir de alguns aspectos principais: o território indígena, as noções de trabalho, os animais e a própria constituição dos Kaingang enquanto uma sociedade indígena. Obviamente, feito este recorte, e dadas as limitações da pesquisa, outros aspectos referentes aos Kaingang não puderam ser privilegiados. Essa escolha, contudo, teve como referência os relatos dos moradores do Toldo Chimbangue e os dados etnográficos coletados, de modo que eu acredito que os elementos necessários para compreender os objetivos principais que concernem a esta pesquisa não tenham ficado para trás.